

Ana Fernandes – Arquiteta e Urbanista

Professora da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia, da qual foi diretora entre 1999 e 2003. É membro titular do Conselho Curador da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia e coordenadora brasileira do programa diverCIDADE (CAPES/FIPSE) e do comitê binacional de implementação do Programa Attilio, que se dedica a implementar as trocas acadêmicas em Urbanismo e em Planejamento Urbano entre a França e o Brasil.

1. Quem é Ana Fernandes?

É uma mulher apaixonada pela cidade e que tenta no cotidiano dá conta dessa paixão em termos pessoais, em termos profissionais e etc.

2. O que você entende por 'cultura'?

Cultura talvez seja um conjunto de valores. Um conjunto de relações entre os valores. Um conjunto de relações entre os valores e a matéria. Relações essas que fazem com que as pessoas se relacionem no cotidiano e, ao mesmo tempo, tenham a capacidade de se relacionar com o estrangeiro, de manter contato. Portanto, saindo de todas as definições tradicionais, mas certamente influenciada por elas, cultura seria o meio no qual acontecem essas relações.

3. Como avalia as políticas culturais na Bahia nos últimos anos?

Acredito que na Bahia de 2004 pra cá, no Governo Wagner, no governo do PT, se tentou ampliar o conceito de cultura. E ampliar esse conceito em uma dupla perspectiva, por um lado também inserir expressões culturais que nem sempre são consideradas, como cultura erudita – digamos assim – com bastante ênfase em manifestações populares e culturas tradicionais. Por outro lado, houve também uma ampliação territorial importante. Acho que o centro da questão cultural na Bahia deixa de ser somente Salvador e o Recôncavo para tentar abranger um território mais amplo. Entretanto, e eu tenho pensado sobre isso, é curioso como a cultura é considerada sempre como o lugar onde se pode tirar recurso, ao passo que é sempre um lugar onde há muito pouco recurso investido. Dessa forma, essa política cultural é geneticamente deficitária, porque ela amplia as ambições! E amplia tais ambições do ponto de vista daquilo que ela contempla e do território que ela contém. Mas, ao mesmo tempo, ela não consegue ampliar significativamente os recursos que possam dar conta dessas ampliações. O que estamos vivendo hoje, em 2013, é revelador a esse respeito. Por fim, eu diria que há uma semente importante sendo plantada, mas muito mal regada.

4. O que você pensa sobre os editais e as leis de incentivo como mecanismos de financiamento da cultura?

Essa é uma questão polêmica. Acho que os editais têm uma possibilidade interessante que é a de ampliar quem pode concorrer a eles. Nesse sentido tem aí um ar de democracia, de incluir novos grupos e etc. Mas isso pressupõe duas coisas. Primeiro que todos os grupos sejam

capazes de se inscrever em editais, nesse sentido há ações de órgãos culturais que visam capacitar pessoas para isso. Segundo: é impossível produzir cultura anualmente. Como os editais são anuais, o que se percebe é a lógica neoliberal plenamente instalada. A pessoa faz um projeto, tudo funciona para o projeto. Então você trabalha pouco com plano e trabalha pouco com duração das coisas. Assim, como muitos editais são financiados por empresas, fica-se a critério das mudanças de estratégias e de perspectivas comunicacionais de tais empresas. Ou seja, se esse ano a empresa financia dança, ano que vem ela vai querer financiar teatro, e depois música e depois: Amazônia! Porque depende da estratégia da empresa. Nesse sentido, eu acho complicado. E acredito que a ação do Estado para com a cultura não pode ser única e exclusivamente através de editais. E nesse particular, só recentemente a questão da arquitetura e do urbanismo começou a frequentar o ambiente cultural. Na verdade, o Brasil depois dos anos 70, e, sobretudo 80, abandonou a arquitetura à especulação imobiliária. Sob esse ponto de vista, arquitetura para ser cultura ela precisa ser patrimônio. Ou seja, trabalhamos arquitetura somente na perspectiva do passado. Tudo que está sendo produzido hoje está abandonado para a especulação. E aí numa escola de arquitetura, como essa em que trabalho, é dramático você não ter o que visitar com os alunos, para dizer “Olha! Isso aqui, que está sendo feito agora, é maravilhoso!”. Em Salvador, o que temos para visitar é a produção dos anos 70, ou viajar para outra cidade, onde se tem um grau um pouco mais requintado de produção da arquitetura.

5. Salvador é uma cidade múltipla, onde parecem existir diferentes cidades dentro de uma só, as políticas públicas voltadas para o desenvolvimento urbano contemplam toda essa diversidade?

Absolutamente não. Muitas vezes pode-se até falar a respeito, mas em termos de mecanismos de financiamento, de intervenção, de propiciar aos diferentes lugares da cidade as condições necessárias para a vida urbana que é a habitação, o conjunto de equipamentos culturais, o acesso, a mobilidade... é evidente que as políticas públicas não dão conta. Ou seja, a gente tem uma cidade pobre, mas uma cidade pobre completamente dominada pelas grandes corporações. E essas grandes corporações fazem com o espaço urbano aquilo que lhes é interessante fazer. É impressionante, se formos olhar os espaços dessas grandes corporações aqui em Salvador, que estão localizadas, sobretudo na Avenida Tancredo Neves, como não há calçadas para andar. Então você anda com dificuldade com buracos e de repente a calçada vira de 50cm!! Ou seja, é voraz! É uma ocupação do espaço voraz! E, em princípio, tais grandes corporações teriam recursos para investir em lugares mais adequados, e aí, nesse quesito, a falta do poder público é evidente. E reafirmo: não é uma questão apenas da prefeitura, mas sim do governo do estado. E o governo do estado se mostra muito pobre do ponto de vista de se pensar a cidade. Vide o exemplo das grandes obras do governo estadual em Salvador, como as vias expressas e etc... é assustador! É como se estivéssemos nos anos 70.

6. Que momentos você destaca na história urbanística de Salvador? A memória urbanística da cidade tem sido preservada? Crescimento e história têm dialogado de maneira equilibrada?

Bom, lugar nenhum no mundo consegue tal façanha! Alguns lugares tem maior delicadeza no trato com a cidade. Nesse sentido, eu diria que Salvador tem duas grandes características que são extremamente importantes. Uma é a de ter sido a primeira capital do Brasil, um núcleo colonial, e que constrói, em função inclusive da tecnologia disponível, uma ocupação muito delicada em termos da topografia da cidade – embora evidentemente todo o período colonial tenha sido produzido sob trabalho escravo, ou seja, não dá para idealizar que essa foi a maneira mais interessante de ocupação, porque foi baseada em uma relação de exploração brutal. E a outra característica de Salvador é o seu sítio físico. Estamos na beira de uma baía, ladeada pelo oceano, temos uma topografia ímpar: são pequenos vales e colinas irrigados por rios e pequenos cursos d’água, que exigiriam uma delicadeza de tratamento. Entretanto, o que a gente percebe é que cada vez mais se abandona essa relação com o sítio físico, com o meio físico, desconhecendo-o completamente. Dessa forma, o que temos são cortes brutais em terrenos! Se olharmos a Avenida Paralela, trata-se de uma grande via que vai cortando os morros – tanto que cria situações quase que kafkianas! Porque você está passando e de repente tem um morro, que está cortado ao meio, com um poste lá em cima, na ponta do morro! Até que outro empreendimento, que venha a ser feito ao lado, comece a cortar de outra forma. Por outro lado, a história urbanística de Salvador, durante os anos 40, teve uma perspectiva interessante de relação com a topografia, preservando vales dos rios, combinando tais vales com sistemas de drenagem, saneamento e etc. Um exemplo disso é a Avenida Centenário, antes do rio ser coberto, ela tem todo um traçado que é um traçado sinuoso, que acompanha o rio, um traçado que contempla uma vegetação importante, que resguarda as ocupações dos edifícios laterais e é uma via mais lenta, de acesso local. Ou seja, esse exemplo demonstra uma forma de pensar o desenvolvimento da cidade, levando em conta como as pessoas vão viver depois, como é que ela podem se relacionar, qual é o grau de segurança que elas têm em relação aos grandes fluxos de carros e etc. Todavia, essa concepção infelizmente, nos últimos anos, está muito complicada. Está muito difícil encontrar uma preocupação com o espaço público, e eu acho que no fundo é isso que determina a qualidade do que vai ser o desenvolvimento urbano. É tudo muito mesquinho, abandonado, restrito, ou seja, você vai usando o privado até o limite máximo em relação ao espaço público. Se não fosse pelo menos isso, ocupava-se tudo de forma privada. Não haveria nenhum pudor em relação a isso.

5. Como você avalia as políticas públicas voltadas para o espaço urbano na Bahia nos últimos anos?

Me parece que os grandes empreendimentos que estão sendo feitos nas cidades do interior, como o Porto Sul, a FIOLE (Ferrovia de Integração Oeste-Leste), não estão sendo acompanhados de uma ação delicada sobre o território. E quando digo ação delicada, quero

dizer: fazer um investimento - quando ele é considerado necessário - de maneira adequada ao território. Tomemos por exemplo, o programa federal “Minha Casa, Minha Vida”, que são conjuntos de casinhas, colocados a quilômetros do centro da cidade – sem nenhum tipo de equipamento, onde as pessoas, que em geral trabalham na cidade, vão ter um gasto maior de locomoção, de acesso ao local de trabalho, e aí quem trabalha com mercado informal fica bastante limitado. Dessa forma, o que eu costumo dizer é que quem formula as políticas econômicas não tem noção de que o espaço existe. São feitas grandes projeções: “o investimento vai crescer assim, nós vamos aumentar o número de empregos, nós vamos criar maior consumo, vamos incentivar esse ou aquele setor”, mas não se dão conta que tudo isso se cruza no espaço! Todas as coisas acontecem no espaço! E quando esses grandes investimentos, empreendimentos abordam o território, em geral, tem sido desastroso. Acredito que tem aí uma carência de sensibilização para com o espaço, para o território. Eu não sei, sinceramente, como é que os governantes olham a cidade. Pergunto-me se quando esses governantes chegam ali no Largo Dois Leões, e se encontram defronte com a Via Expressa, se acham aquilo uma solução para a cidade, porque trata-se de uma violência extrema, em termos de paisagem, que até o cemitério da Baixa de Quintas foi cortado!! Ou seja, utilizamos uma tecnologia rude, uma forma de deslocamento rude e há uma ausência de conexão com a cidade em volta. Portanto, eu acho que a política urbana tem sido muito violenta, ela tem incentivado demais o setor imobiliário – em função da criação de empregos, de fazer mover a economia e etc. – mas, ao mesmo tempo, já estamos produzindo espaço que não tem utilização! Hoje já há um número significativo de apartamentos vazios em Salvador que não se consegue escoar.

6. Qual a situação dos espaços coletivos e dos espaços culturais em Salvador? Qual a importância desses espaços e quais as principais carências?

Os espaços coletivos eles estão abandonados, infelizmente. É como se o coletivo fosse a última prioridade na política pública. Salvador talvez seja uma das cidades onde a questão dos *shoppings centers* mais desestruturou a vida coletiva da cidade, naquilo que ela tem de espaço comum entre os pobres e os ricos, que em geral são os centros. Perceba que se considerarmos os bairros populares, eles têm uma vida inacreditável! Os usos dos espaços públicos, o uso coletivo da rua é de uma intensidade fenomenal! Mas se você pega espaços como o centro antigo de Salvador, o centro tombado, a Avenida Sete e etc. são áreas que vão ficando, de certa forma, desprestigiadas – em função desse novo grande equipamento, o *shopping center*. Equipamento esse que é super cultuado, muito em função do que se chama de segurança – o que não é verdade! Porque cada vez mais temos casos de assaltos e todo tipo de violência dentro de tais espaços, inclusive seguranças agredindo cidadãos. O que parece ocorrer é uma desestruturação do espaço público, ou seja, dá-se ao espaço público apenas o caráter funcional de uso, assim: se eu tenho o que comprar, o que fazer, eu frequento esse espaço. Se eu não tenho, então eu não tenho o que fazer na rua. A Faculdade de Arquitetura aqui da UFBA recebeu uma aluna italiana o ano passado e era muito interessante

porque ela dizia: “O que eu mais sinto falta aqui é eu não posso ir ler numa praça! Não tem uma praça para ir ler”. Então, são características dessa vida que vai sendo construída que esvazia o espaço público, o abandona. Por outro lado, nas áreas de alta intensidade de uso, como são os bairros populares, se faz muito pouco investimento. Na verdade ainda temos uma centralização muito grande de espaços públicos e de espaços culturais. Se mapearmos os espaços culturais da cidade hoje, veremos que eles estão super centralizados – o que não deixa de ser interessante, porque senão nem esse uso o centro teria! Portanto, aquele conjunto Avenida Sete, Largo do Campo Grande, Canela - se estendendo um pouco até a Praça Castro Alves e etc. é de extrema importância. Penso que há, digamos assim, hierarquias de espaços culturais que talvez pudessem proliferar mais pelos bairros, haja vista que considerou-se que espaços culturais não fossem necessários. A política parece ser: vamos usar o que tem, e o resto acontece onde tiver que acontecer! Claro que com isso, eu não estou dizendo que é necessário construir elefantes brancos na cidade – sair fazendo centro cultural para todo lado! Mas temos um déficit de espaços culturais que precisava ser compreendido, para ser colocado como prioridade. Porque através disso, as coisas mudam! E mudam, no meu ponto de vista, em uma velocidade muito maior.

7. De que maneira o território urbano relaciona-se com a vida cultural de uma cidade?

O território urbano é parte da vida cultural e a maneira como ele está estruturado é o que vai possibilitar maior ou menor possibilidade de troca, maior ou menor possibilidade de interação entre as pessoas. Se você vive em um condomínio fechado, você tem a sua restrição dos contatos que você vai ter cotidianamente e, ao mesmo tempo, você cria uma restrição entorno, porque você cria um grande muro e esse muro não permite que coisas muito próximas se conectem. Então, duas crianças que morem cada uma de um lado do muro – elas podem ser vizinhas, em termos de localização, mas elas jamais vão se encontrar. Portanto, os grandes empreendimentos na cidade, esses enormes edifícios que estão sendo feitos, onde os primeiros andares são de garagem, incentivam a questão: o que é que você tem de relação com a rua? Nada. Ou seja, quem está andando na rua, se sente inseguro, porque não há nada acontecendo ao lado, e ao mesmo tempo, quem mora lá no quinto andar – que vai ser o primeiro andar do edifício – também já se distanciou tanto que a rua é paisagem, simplesmente! Tal característica, é outra fissura do tempo contemporâneo: tudo é paisagem, tudo é a distância, e acabamos por não incentivar uma maior interação. Entretanto, tem uma coisa em Salvador que é fantástica e que eu acho que retrata bem essa relação entre o território e a cultura, que é o fato de que em Salvador, um endereço com nome de rua e número não funciona! E não funciona, porque o sistema de referência é outro. É outro, primeiro porque o trabalho do município de nomeação de ruas e numeração é completamente caótico, mas, além disso, há um uso do território. E é esse uso do território que te informa como usar a cidade. A Avenida Sete, por exemplo, é uma avenida que vai até quase o número 4.000, mas se você vai procurar uma localização, nessa avenida, através do número, ninguém jamais vai te dar essa informação! Você tem que saber: a Praça Castro Alves, o Mosteiro de São Bento, o

relógio de São Pedro, a praça da Piedade... Ou seja, são marcações de referencial, de deslocamento na cidade que vêm de um uso muito intenso do território e isso é um dado dessa relação muito forte entre território e cultura.

8. O empreendimento privado vem ocupando cada vez mais o espaço urbano de Salvador, quais as consequências desse crescimento acelerado dos investimentos imobiliários?

Os grandes investimentos veem aumentando a área que eles estão usando. E tal situação é uma marca do nosso tempo. Se pegarmos o bairro da Barra, ele deve ocupar algo em torno de 60, ou 70 hectares de área. Um grande investimento, como o projeto Horto Bela Vista que está acontecendo na subida do bairro do Cabula, e ocupa sozinho 32 hectares, nos mostra que estamos produzindo metade do bairro da Barra com um único empreendedor! A partir disso, esse único empreendedor vai determinar os rumos que serão dados àquele espaço. Ou seja, isso quer dizer que eu não vou ter mais, nessa área, uma pluralidade de usos – que é possível quando há um conjunto de investidores! No bairro da Barra, por exemplo, o grande conjunto residencial feito ao lado da Associação Atlética da Bahia, mas se preservou as pequenas vias, ainda há algumas ocupações informais, há casas e ocupações de classe média, ou seja, você permite ao bairro uma riqueza de situações, de diversidade, de encontros e etc. que são salutares e que não encontramos nesses empreendimentos aos moldes do citado Horto Bela Vista! Aliás, esse empreendimento aborda na sua área, um *shopping center*, uma torre empresarial, um hotel e edifícios residenciais de classe-média alta... Ou seja, que diversidade vamos encontrar ali?

9. Qual o papel da iniciativa privada no financiamento à cultura?

A iniciativa privada tem já seus teatros, seus cinemas, enfim, suas estratégias de financiar cultura... Entretanto, quem pode dar continuidade ao financiamento da cultura é o poder público! Ou seja, ele dá a direção, e, ao dar a direção, ele precisa garantir que essa direção possa realmente acontecer.

10. Que transformações a realização da Copa pode gerar numa cidade como Salvador?

Um monte de problemas (risos)! O que teremos para a Copa é basicamente o que temos hoje, e o que temos hoje? Um estádio! E, esse estádio, por enquanto, é perda para cidade, pois deixou de ter piscina olímpica, deixou de ter pista de atletismo, deixou de ter ginásio para vôlei, basquete... Ou seja, hoje, a nova Fonte Nova é um estádio que funciona apenas para futebol e shows. Além disso, apesar do estádio ter ficado um objeto relativamente interessante, ele tem uma articulação com a cidade que é de uma brutalidade impressionante! Pergunto-me quem pôde fazer aquilo? Porque o projeto teve um escritório responsável! Se observarmos aquelas rampas que saem do meio das vias e que nos levam até o estádio faz com que a gente fique estupefata - tamanha a falta de diálogo com a cena urbana. Ou seja, como uma obra tão cara,

que endividou a sociedade baiana por 20 ou 30 anos, é tão ruim em termos de projeto? É óbvio que temos no Brasil uma expertise na área de projeto que é infinitamente superior a isso...

Bom, além disso, o que mais temos para a Copa? Sistema de mobilidade? Nada. Hotelaria? Já temos o suficiente. Melhoria de espaços culturais ou coisas desse tipo? Nada foi feito. Assim, provavelmente a Copa vai ter o estádio e vai ter um monte de eventos que não vão significar muita coisa. Uma pesquisadora da África do Sul disse, e eu não sei se é verdade ou não, que frequentador da Copa é: jogo e bebida, certo? Então, não há muita gente que irá circular em busca de outros usos para a cidade. Por fim, penso que esse conjunto de investimentos que foram a princípio, liberados para a Copa, não foram ainda aproveitados, em Salvador, até agora.

11. É possível transformar Salvador em um espaço urbano mais igualitário e acessível a todos os cidadãos? Se for possível, quais seriam as alternativas?

Se eu não acreditar nisso, eu vou ter que mudar já da cidade, certo? E confesso que é o que ando pensando nos últimos tempos! (risos). Entretanto, eu sempre acho que é possível transformar uma determinada realidade! Para essa transformação ocorrer, seria preciso que tivéssemos uma mudança substancial na política, na maneira de fazer política, nos acordos que são feitos e etc. E teríamos de ter, talvez, uma sensibilização cultural dos governantes. A sensação que dá, é que a cultura existe para “atrapalhar” o que esses governantes querem fazer, nesse sentido, precisamos de uma maior porosidade à um conjunto de valores cotidianos, de relações primárias entre as pessoas. Além disso, precisamos também de uma elite empresarial mais culta, apesar de haver alguns grupos que se destacam no fomento cultural. Por fim, necessitamos que os cidadãos participem da vida pública e, para isso, é preciso dar as condições necessárias para essa participação, assim, a sociedade pode compreender as regras o jogo político e dessa forma, de fato incluir suas pautas no debate político e nas políticas públicas da cidade.

12. O que e/ou quem (projetos/espacos/instituições) você destacaria em termos de gestão cultural na Bahia e por quê?

O Teatro Castro Alves está tendo uma gestão extremamente interessante e múltipla, acho que o projeto “Domingo no TCA” é uma experiência ímpar, em termos de possibilidades de abrir as portas daquele grande equipamento para um universo muito mais amplo de pessoas. Penso também no Teatro Vila Velha, por ser um espaço que encanta do ponto de vista da variedade de ações produzidas pelo próprio teatro. E falaria também de pequenos espaços, como o Bar da Zilda, em São Lázaro, aqui em Salvador, e também o Aconchego da Zuzu, no Garcia, que são pequenos espaços que tem expressões muito particulares – em termos do tipo de manifestação que acontece ali, mas, ao mesmo tempo, que esses espaços assimilam mais o âmbito do cotidiano, deixa a excepcionalidade do equipamento, para alcançar uma vida cultural mais abrangente.